

## FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

## Termo de Referência 50/2026

## Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
50/2026	154359-FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA	LIANE SANTARIANO SANT ANNA	18/06/2026 16:32 (v 0.8)
Status	ASSINADO		

## Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo	177/2026	não gerado

## 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição, mediante Sistema Registro de Preços (SRP), de equipamentos de proteção individual e coletiva, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Avental De Soldador, Material: Couro, Comprimento: 1 M, Largura: 0,60 M, Características Adicionais: Sem Emenda, Com Tira No Pescoço E Nas Laterais	345131	unidade	30	R\$ 46,60	R\$ 1.398,00
02	Boné, Material Corpo: Brim, Modelo: Touca Árabe, Cor: Caqui, Características Adicionais: Fechamento Frontal Em Velcro	400018	unidade	24	R\$ 18,03	R\$ 432,72
03	Bota Segurança, Material: couro nobuck, Material Sola: Poliuretano, Cor: a definir, Tamanho: Sob Medida, Características adicionais: com cadarço. Descrição complementar: similar ou mesmo padrão de qualidade da marca Caterpillar. Tamanhos de 35 a 44, a definir na solicitação de empenho, quantidades de cada a definir na contratação; Apresentar Certificado de Aprovação (CA) dos	621167	par	38	R\$ 94,55	R\$ 3.592,90

	Equipamentos de Proteção Individual (EPI) do Ministério do Trabalho.					
04	Bota Segurança, Material: Pvc, Material Sola: Borracha, Cor: Azul e Amarelo, Tamanho: Sob Medida, Tipo Cano: Longo, Tipo Uso: Construção Civil. Descrição complementar: Tamanhos de 35 a 44, a definir na solicitação de empenho, quantidades de cada a definir na contratação; Apresentar Certificado de Aprovação (CA) dos Equipamentos de Proteção Individual (EPI) do Ministério do Trabalho.	620540	par	154	R\$ 76,99	R\$ 11.856,46
05	Bota Segurança, Material: Vaqueta Curtida Ao Cromo, Material Sola: Pu/Borracha, Cor: Preta, Tamanho: Sob Medida, Tipo Cano: Acolchoado, Tipo Uso: Proteção, Características Adicionais: Biqueira De Aço, Sem Cadarço, Aplicação: Uso Geral. Descrição complementar: Tamanhos de 36 a 44, a definir na solicitação de empenho, quantidades de cada a definir na contratação; Apresentar Certificado de Aprovação (CA) dos Equipamentos de Proteção Individual (EPI) do Ministério do Trabalho.	459720	par	399	R\$ 104,00	R\$ 41.496,00
06	Capacete Segurança. Material: Plástico. Cor: Branca. Aplicação: Construção Civil. Características Adicionais: Aba Frontal, Copa Estrias, Dupla Suspensão e Jugular. Descrição complementar: Capacete de segurança para uso na indústria da construção civil, classificado como Tipo II (modelo com aba frontal) e Classe B. Projetado para oferecer proteção contra impactos mecânicos sobre o crânio e isolamento elétrico conforme os requisitos de tensão de ensaio da norma vigente.	343207	unidade	81	R\$ 62,53	R\$ 5.064,93
	Cinto de Segurança, Material: poliéster, Uso: paraquedista. Descrição Complementar: cinto de segurança tipo PQD com 4 pontos de ancoragem - 1 ponto dorsal em anel de aço em "D", 1 ponto fronta em fita de poliéster dupla com proteção em PU, 1 ponto na					

07	cintura, e 1 ponto nos ombros composto por dois suportes de fita reforçados para conexão do Arco de Suspensão através de malhas rápidas. Cintura com alcochoamento, Cinco fivelas tipo Fast Fit, sendo 2 para ajuste de ombros, 1 para ajuste de cintura e 2 para ajuste das pernas, Indicador de queda na região lombar, Sistema de etiquetagem tipo "rolinho". Similar ou mesmo padrão de qualidade do modelo Potenza Telecon Neo cod. USC003101001 e USC003101002 marca Ultra Safe. Tamanhos 1 e 2, a definir na solicitação de empenho, quantidades de cada a definir na contratação. Apresentar Certificado de Aprovação (CA) dos equipamentos de proteção individual (EPI) do Ministério do Trabalho.	286357		31	R\$ 429,00	R\$ 13.299,00
08	Filtro, Material: Plástico, Cor: Ocre, Apresentação: Cartucho, Aplicação: Vapores Orgânicos E Gases Ácidos. Descrição Complementar: tipo de conexão Sistema Baioneta. Similar ou mesmo padrão de qualidade da marca 3M. Apresentar Certificado de Aprovação (CA) dos Equipamentos de Proteção Individual (EPI) do Ministério do Trabalho.	633977	unidade	263	R\$ 240,00	R\$ 63.120,00
09	Jaleco, Material: Brim, Tipo: Longo, Tipo Manga: Longa, Tamanho: Sob Medida, Cor: Azul-Marinho, Características Adicionais: Conforme Modelo Do Órgão. Descrição Complementar: Jaleco com mínimo 2 bolsos frontais, Tamanhos P, M, G e GG, a definir na solicitação de empenho, quantidades de cada a definir na contratação.	461962	unidade	89	R\$ 73,00	R\$ 6.497,00
10	Jaleco Material: 100% Algodão , Tipo: Longo , Tipo Manga: Longa , Quantidade Botões: 4 UN, Quantidade Bolsos: 2 UN, Tamanho: P , Cor: Branca , Tipo Gola: Com Gola	443246	unidade	115	R\$ 84,45	R\$ 9.711,75
	Jaleco Material: 100% Algodão , Tipo: Longo , Tipo Manga: Longa , Quantidade Botões: 4 UN,					

11	Quantidade Bolsos: 2 UN, Tamanho: M , Cor: Branca , Tipo Gola: Com Gola	443245	unidade	235	R\$ 78,90	R\$ 18.541,50
12	Jaleco Material: 100% Algodão , Tipo: Longo , Tipo Manga: Longa , Quantidade Botões: 4 UN, Quantidade Bolsos: 2 UN, Tamanho: G , Cor: Branca , Tipo Gola: Com Gola	443244	unidade	224	R\$ 79,70	R\$ 17.852,80
13	Jaleco, Material: 100% Algodão, Tipo: Longo, Tipo Manga: Comprida, Quantidade Bolsos: 2 UN, Tamanho: Nº 50, Cor: Branca, Características Adicionais: Com Gola, Fenda Atras, Posição Bolsos: Lateral	414353	unidade	159	R\$ 99,90	R\$ 15.884,10
14	Luva De Proteção, Material: 100% Algodão, Aplicação: Uso Geral, Tamanho: Variados, Acabamento Palma: Antiderrapante, Características Adicionais: Antiderrapante (Grip De Bolinhas), Tipo Uso: Reutilizável. Descrição complementar: apresentar Certificado de Aprovação (CA) dos Equipamentos de Proteção Individual (EPI) do Ministério do Trabalho, Tamanho conforme solicitado no empenho.	618824	par	203	R\$ 8,15	R\$ 1.654,45
15	Luva De Proteção, Material: Nitrílica, Aplicação: Laboratorial, Tipo Punho: Longo, Tamanho: Pequeno, Cor: Azul, Acabamento Palma: Antiderrapante, Esterilidade: Não Esterilizada, Características Adicionais: Sem Forro. Descrição complementar: apresentar Certificado de Aprovação (CA) dos Equipamentos de Proteção Individual (EPI) do Ministério do Trabalho	208709	par	5895	R\$ 7,90	R\$ 46.570,50
16	Luva De Proteção, Material: Nitrílica, Aplicação: Laboratorial, Tipo Punho: Longo, Tamanho: Médio, Cor: Azul, Acabamento Palma: Antiderrapante, Esterilidade: Não Esterilizada, Características Adicionais: Sem Forro. Descrição complementar: apresentar Certificado de Aprovação (CA) dos Equipamentos de Proteção Individual (EPI) do Ministério do Trabalho	208677	par	7560	R\$ 7,62	R\$ 57.607,20

17	Luva De Proteção, Material: Nitrílica, Aplicação: Laboratorial, Tipo Punho: Longo, Tamanho: Grande, Cor: Azul, Acabamento Palma: Antiderrapante, Esterilidade: Não Esterilizada, Características Adicionais: Sem Forro. Descrição complementar: apresentar Certificado de Aprovação (CA) dos Equipamentos de Proteção Individual (EPI) do Ministério do Trabalho	208645	par	5586	R\$ 7,62	R\$ 42.565,32
18	Luva industrial, material raspa de couro, revestimento interno sem forro, tamanho único, tamanho cano médio. Descrição complementar: apresentar Certificado de Aprovação (CA) dos Equipamentos de Proteção Individual (EPI) do Ministério do Trabalho.	262935	par	159	R\$ 11,99	R\$ 1.906,41
19	Luva Isolante, Material: Borracha Cor: Preta Características Adicionais: Classe 0, Para Baixa Tensão 1 Kv. Descrição Complementar: Tamanho 10, apresentar Certificado de Aprovação (CA) dos Equipamentos de Proteção Individual (EPI) do Ministério do Trabalho.	486640	par	14	R\$ 233,90	R\$ 3.274,60
20	Luva Isolante, Material: Borracha Natural Cor: Preta Características Adicionais: Classe 00, Tipo 2, Punho Reto, Orla Reforçada E. Descrição Complementar: Tamanho 10, Aplicação: tensão máxima de 500 volts. Apresentar Certificado de Aprovação (CA) dos Equipamentos de Proteção Individual (EPI) do Ministério do Trabalho.	338212	par	11	R\$ 259,95	R\$ 2.859,45
21	Luva Isolante, Material: Borracha, Tamanho: Grande, Cor: Preta, Material Interno: Liso, Características Adicionais: Manobras Em Alta Tensão 13.8 Kv Aplicação: Sistemas Energizados De Alta Tensão. Descrição Complementar: Certificações ASTMD120, NBR10622 CLASSE 03. Apresentar Certificado de Aprovação (CA) dos Equipamentos de Proteção	338211	par	8	R\$ 1.200,00	R\$ 9.600,00

	Individual (EPI) do Ministério do Trabalho.					
22	Luva P/ Procedimento De Saúde Não Cirúrgico C/ Anvisa. Material: Borracha Natural - Látex. Superfície: Superfície Lisa. Formato: Ambidestra. Pó: Sem Pó. Cor: C/ Cor. Tamanho: Pequeno - P. Esterilidade: Não Estéril, Uso Único.	619845	embalagem 100 unidade	26858	R\$ 25,75	R\$ 691.593,50
23	Luva P/ Procedimento De Saúde Não Cirúrgico C/ Anvisa. Material: Borracha Natural - Látex. Superfície: Superfície Lisa. Formato: Ambidestra. Pó: Sem Pó. Cor: C/ Cor. Tamanho: Médio - M. Esterilidade: Não Estéril, Uso Único.	619846	embalagem 100 unidade	27065	R\$ 25,20	R\$ 682.038,00
24	Luva P/ Procedimento De Saúde Não Cirúrgico C/ Anvisa, Material: Borracha Natural - Látex, Superfície: Superfície Lisa, Formato: Ambidestra, Pó: Sem Pó, Cor: C/ Cor, Tamanho: Grande - G, Esterilidade: Não Estéril, Uso Único	619847	embalagem 100 unidade	14365	R\$ 25,20	R\$ 361.998,00
25	Luva P/ Procedimento De Saúde Não Cirúrgico C/ Anvisa, Material: Borracha Sintética Nitrilo, Superfície: Superfície Lisa, Formato: Ambidestra, Pó: Sem Pó, Cor: C/ Cor, Tamanho: Pequeno - P, Esterilidade: Não Estéril, Uso Único	619823	embalagem 100 unidade	618	R\$ 21,76	R\$ 13.447,68
26	Luva P/ Procedimento De Saúde Não Cirúrgico C/ Anvisa, Material: Borracha Sintética Nitrilo, Superfície: Superfície Lisa, Formato: Ambidestra, Pó: Sem Pó, Cor: C/ Cor, Tamanho: Médio - M, Esterilidade: Não Estéril, Uso Único	619824	embalagem 100 unidade	711	R\$ 20,88	R\$ 14.845,68
27	Luva P/ Procedimento De Saúde Não Cirúrgico C/ Anvisa, Material: Borracha Sintética Nitrilo, Superfície: Superfície Lisa, Formato: Ambidestra, Pó: Sem Pó, Cor: C/ Cor, Tamanho: Grande - G, Esterilidade: Não Estéril, Uso Único	619825	embalagem 100 unidade	608	R\$ 20,10	R\$ 12.220,80
28	Luva P/ Procedimento De Saúde Não Cirúrgico C/ Anvisa, Material: Borracha Sintética - Vinil / Pvc, Superfície: Superfície Lisa, Formato: Ambidestra, Pó: Sem Pó, Cor: Transparente, Tamanho:	619832	embalagem 100 unidade	63	R\$ 19,82	R\$ 1.248,66

	Pequeno - P, Esterilidade: Não Estéril, Uso Único					
29	Luva P/ Procedimento De Saúde Não Cirúrgico C/ Anvisa, Material: Borracha Sintética - Vinil / Pvc, Superfície: Superfície Lisa, Formato: Ambidestra, Pó: Sem Pó, Cor: Transparente, Tamanho: Médio - M, Esterilidade: Não Estéril, Uso Único	619833	embalagem 100 unidade	71	R\$ 20,00	R\$ 1.420,00
30	Luva P/ Procedimento De Saúde Não Cirúrgico C/ Anvisa, Material: Borracha Sintética - Vinil / Pvc, Superfície: Superfície Lisa, Formato: Ambidestra, Pó: Sem Pó, Cor: Transparente, Tamanho: Grande - G, Esterilidade: Não Estéril, Uso Único	619834	embalagem 100 unidade	81	R\$ 20,50	R\$ 1.660,50
31	Luva Segurança Material: Couro Vaqueta/Nylon , Aplicação: Operador De Motosserra , Características Adicionais: Nylon Dublado No Dorso E 12 Camadas De Proteção , Forma: Anatômica , Modelo: 5 Dedos , Tipo: Couro Na Palma Da Mão E Unheira. Descrição Complementar: tamanho único, apresentar Certificado de Aprovação (CA) dos Equipamentos de Proteção Individual (EPI) do Ministério do Trabalho	628287	par	4	R\$ 46,00	R\$ 184,00
32	Luva Segurança. Material: kevlar. Tamanho: único. Aplicação: segurança e proteção individual. Características adicionais: resistente à temperatura até 400 °C. Modelo: cano longo. Descrição Complementar: apresentar Certificado de Aprovação (CA) dos Equipamentos de Proteção Individual (EPI) do Ministério do Trabalho	486638	par	75	R\$ 244,29	R\$ 18.321,75
33	Luva Segurança. Material: Vaqueta Tamanho: G Aplicação: Segurança E Proteção Individual. Características Adicionais: Duplo Reforço Com Punho Feito Em Raspa Espessura: 2 Mm Comprimento: 27 Cm Largura: 12,5 Cm Tipo: Petroleira. Descrição Complementar: apresentar Certificado de Aprovação (CA) dos Equipamentos de Proteção	449497	par	113	R\$ 23,82	R\$ 2.691,66

	Individual (EPI) do Ministério do Trabalho					
34	Macacão, Material: Brim, Tipo Uso: Área Mecânica, Cor: Cinza Chumbo, Tamanho: Sob Medida, Características Adicionais: Botões Em Casa Horizontais À Esquerda, Gola Esportiva, Tipo Manga: Curta, Quantidade Bolsos: 5 UN, Posição Bolsos: 1 Frontal Parte Superior Esquerdo, 2 Frontais Tipo, Quantidade Botões: 4 UN. Descrição Complementar: Tamanhos P, M, G e GG, a definir na solicitação de empenho, quantidades de cada a definir na contratação.	294792	unidade	106	R\$ 180,74	R\$ 19.158,44
35	Máscara proteção resp. c/ anvisa, modelo respirador dobrável, tipo bico de pato, material camadas fibras sintéticas, filtro eficiência filtração mín. 94%S, classe pff2, n95 ou equivalente, componente clipe nasal, tipo fixação tiras vedação anatômica, adicional 2: s/ válvula, cor c/ cor, tamanho adulto, esterilidade descartável.	485530	unidade	4488	R\$ 1,35	R\$ 6.058,80
36	Máscara Soldador, Tipo: Fotossensível, Tempo Escurecimento: 0,5 Millessegundos, Tempo Clareamento: 0,2 / 0,4 Segundo, Área De Visão: 90 X 35 MM, Temperatura Operação: -5 + 55 ° C, Material: Plástico De Alto Impacto. Descrição Complementar: apresentar Certificado de Aprovação (CA) dos Equipamentos de Proteção Individual (EPI) do Ministério do Trabalho	634036	unidade	58	R\$ 69,90	R\$ 4.054,20
37	Óculos Proteção, Material Armação: Policarbonato E Nylon, Tipo Proteção: Lateral, Tipo Lente: Anti-Risco, Anti-Embaçante, Cor Lente: Incolor, Aplicação: Laboratório, Material Lente: Policarbonato, Cor Armação: Preta, Características Adicionais: Proteção Uv, Amplo Campo Visual, Ajuste Na Testa. Descrição Complementar: apresentar Certificado de Aprovação (CA) dos	404343	unidade	729	R\$ 5,61	R\$ 4.089,69

	Equipamentos de Proteção Individual (EPI) do Ministério do Trabalho					
38	Óculos Proteção, Material Armação: Policarbonato, Tipo Proteção: Ampla Visão, Material Proteção: Policarbonato, Tipo Lente: Anti-Risco, Cor Lente: Incolor, Aplicação: Proteção Geral. Descrição Complementar: Modelo lentes sobreposição (p/ser usado sobre óculos graduados), Apresentar Certificado de Aprovação (CA) dos Equipamentos de Proteção Individual (EPI) do Ministério do Trabalho.	634184	unidade	213	R\$ 6,13	R\$ 1.305,69
39	Protetor Auricular, Tipo Concha: Plugue, Material: Silicone, Material Haste: Poliéster, Material Almofada: Espuma, Tamanho: Médio, Características Adicionais: No Formato Cônico, Com 3 Flanges E Cordão, Material Interno: Espuma, Espessura: 10 MM. Descrição Complementar: apresentar Certificado de Aprovação (CA) dos Equipamentos de Proteção Individual (EPI) do Ministério do Trabalho	618290	unidade	701	R\$ 3,46	R\$ 2.425,46
40	Protetor Facial, Material: Policarbonato, Características Adicionais: Protetor De Arco Elétrico Risco 2 Nr10, Largura: 510 MM, Altura: 185 MM, Tipo Fixação: Com Queixeira. Descrição Complementar: Apresentar Certificado de Aprovação (CA) dos Equipamentos de Proteção Individual (EPI) do Ministério do Trabalho	612200	unidade	19	R\$ 730,00	R\$ 13.870,00
41	Respirador, Material: Elastômero, Tamanho Peça Facial: Médio, Aplicação: Contra Partículas, Gases E Vapores, Características Adicionais: Arnês De Suporte Para A Cabeça E Tiras Ajustáveis, Tipo: Semifacial, Tipo Uso: Reutilizável. Descrição Complementar: Tipo de encaixe para filtro/cartuchos sistema baioneta. Similar ou mesmo padrão de qualidade do modelo Série 6000 da marca 3M. Apresentar Certificado de	634249	unidade	90	R\$ 138,99	R\$ 12.509,10

	Aprovação (CA) dos Equipamentos de Proteção Individual (EPI) do Ministério do Trabalho.					
42	Respirador, Material: Elastômero, Tamanho Peça Facial: Grande, Aplicação: Contra Partículas, Gases E Vapores, Características Adicionais: Arnês De Suporte Para A Cabeça E Tiras Ajustáveis, Tipo: Semifacial, Tipo Uso: Reutilizável. Descrição Complementar: Tipo de encaixe para filtro/cartuchos sistema baioneta. Similar ou mesmo padrão de qualidade do modelo Série 6000 da marca 3M. Apresentar Certificado de Aprovação (CA) dos Equipamentos de Proteção Individual (EPI) do Ministério do Trabalho	634250	unidade	84	R\$ 158,44	R\$ 13.308,96
43	Talabarte De Salvamento E Seguranca, Material: Poliéster, Modelo: Y, Componentes: 02 Ganchos Dupla Trava/02 Absorvedores De Energia Características Adicionais: Elástico Interno/Gancho:55mm/Dupla Trava Com 15mm. Descrição Complementar: Talabarte em "Y" com absorvedor de impacto, para trabalhadores com peso desde 60 kg até 100 kg. Confecção do material: fitas tubulares duplas de poliamida de alta tenacidade e largura de 32 mm. Absorvedor de energia. Gancho (dupla trava) para conexão no cinturão de segurança. Anéis de conexão dos ganchos nas extremidades com fitas de proteção contra desgaste. Absorvedores de impacto de alto desempenho. Fitas de backup para segurança em caso de queda. Dupla proteção: capa externa (presa ao talabarte) e material interna termo retrátil. Costuras em Zig-Zag. Similar ou mesmo padrão de qualidade do modelo SDE Y DUPLO MG056, código USL005600108, marca Ultra Safe. Apresentar Certificado de Aprovação (CA) dos Equipamentos de Proteção Individual (EPI) do Ministério do Trabalho	430333	unidade	31	R\$ 227,00	R\$ 7.037,00

44	Tapete, Material Superfície: Borracha Isolante Elétrica, Tipo: Anti-Derrapante/Anti-Chama, Cor Básica: Preta. Descrição Complementar: Atender requisitos das normas NR10, NBR 5410, NBR 14039 ASTM F479, ASTM D178 e ASTM D1048. Apresentar laudo de isolamento elétrica válido.	621083	unidade	15	R\$ 529,00	R\$ 7.935,00
45	Touca, Tipo: Balaclava, Material: Algodão, Características Adicionais: Proteção Uv, Proteção Térmica. Descrição Complementar: Capuz Balaclava para Eletricista Risco 2 (II) NR 10 Retardante a Chamas contra Arco Elétrico, Abertura parcial	626000	unidade	6	R\$ 85,00	R\$ 510,00
46	Trena, Material: Aço, Largura Lâmina: 19 MM, Comprimento: 5 M, Revestimento: Borracha, Características Adicionais: Enrolamento Automático Com Trava	393216	unidade	45	R\$ 13,80	R\$ 621,00
47	Trena, Material: Fibra Vidro, Largura Lâmina: 13 MM, Comprimento: 30 M, Características Adicionais: Com Manivela	374451	unidade	9	R\$ 34,50	R\$ 310,50
48	Trena Eletrônica, Tipo: Eletrônica Digital, Método De Medição: A Laser, Alcance: 40 M, Tipo Visor: Cristal Líquido, Características Adicionais: Medição De Distância, Cálculo De Área. Descrição Complementar: Alimentação: pilhas AAA, Garantia de 12 meses, Similar ou de mesmo padrão de qualidade da marca BOSCH.	460781	unidade	9	R\$ 349,90	R\$ 3.149,10
49	Uniforme Profissional, Componentes: Calça E Camisa Manga Longa, Tamanho: Sob Medida, Material: 100% Algodão Com Tratamento Anti-Chama, Características Adicionais: Gola Esporte/Fita Reflexiva: Costa, Ombros E Pernas, Aplicação: Proteção Individual Para Eletricista, Tipo: Classe 2 Com CA. Descrição Complementar: Tamanhos de P ao GG, a definir na solicitação de empenho, quantidades de cada a definir na contratação; Apresentar Certificado de Aprovação (CA) dos Equipamentos de Proteção	418455	unidade	9	R\$ 369,00	R\$ 3.321,00

	Individual (EPI) do Ministério do Trabalho.					
50	Vestuário Proteção, Material: Jaleco E Calça 100% Algodão, Tratamento Hidrorrepelente, Componentes: Jaleco, Calça, Avental, Touca E Viseira Proteção, Tipo Uso: Aplicação De Agrotóxicos, Características Adicionais: Calça Com Reforço Frontal Emborrachado E Avental. Descrição complementar: Tamanhos P, M, G, GG, XG a definir na solicitação de empenho, quantidades de cada a definir na contratação. Apresentar Certificado de Aprovação (CA) dos Equipamentos de Proteção Individual (EPI) do Ministério do Trabalho.	260449	conjunto	10	R\$ 92,00	R\$ 920,00
51	Vestuário de Proteção. Vestuário Proteção Material: Tecido Poliéster Com Filamento Carbono Trançado Tipo: Jaqueta Tamanho: Sob Medida Tipo Uso: Proteção Anti-Estática. Descrição Complementar: Jaqueta alongada, Manga comprida, Fechamento com botões. Tamanhos PP, P, M, G, GG, a definir na solicitação de empenho, quantidades de cada a definir na contratação. Obrigatório Certificado de Aprovação (CA) dos Equipamentos de Proteção Individual (EPI) do Ministério do Trabalho.	600772	unidade	25	R\$ 228,00	R\$ 5.700,00

1.1.1. Estimativas de quantitativo individualizadas por unidade.

Item	Unidades Administrativa	Quantidades (respectivamente)
01	Alegrete e São Gabriel	19 - 5
02	Alegrete, São Gabriel e Uruguaiiana	2 - 5 - 12
03	Alegrete, São Gabriel e COMAN	2 - 3 - 25
04	Alegrete, Bagé, São Gabriel, COINFRA e COMAN	2 - 80 - 11 - 5 - 25
05	Alegrete, Bagé, São Gabriel e COINFRA	3 - 300 - 1 - 15
06	COINFRA e COMAN	40 - 25
07	COMAN	25
08	Bagé e Uruguaiiana	200 - 10
09	Alegrete, Bagé, Caçapava do Sul, Itaqui e Uruguaiiana	2 - 50 - 15 - 1 - 3
10	Alegrete, Bagé, Caçapava do Sul, Dom Pedrito, Itaqui, São Gabriel, Uruguaiiana e HUVet	1 - 52 - 4 - 10 - 1 - 1 - 13 - 10
11	Alegrete, Bagé, Caçapava do Sul, Dom Pedrito, Itaqui, São Gabriel, Uruguaiiana e HUVet	3 - 105 - 5 - 10 - 4 - 6 - 35 - 20

12	Alegrete, Bagé, Caçapava do Sul, Dom Pedrito, Itaqui, Jaguarão, São Gabriel, Uruguaiana e HUVet	3 - 110 - 4 - 10 - 2 - 4 - 1 - 37 - 8
13	Bagé, Dom Pedrito e Uruguaiana	102 - 10 - 15
14	Alegrete, Bagé, Caçapava do Sul, São Gabriel, Uruguaiana e COMAN	33 - 30 - 30 - 22 - 22 - 25
15	Alegrete, Bagé, Caçapava do Sul, São Gabriel, Uruguaiana e HUVet	106 - 5 - 30 - 50 - 3525 - 1000
16	Alegrete, Bagé, Caçapava do Sul, São Gabriel, Uruguaiana e HUVet	4 - 20 - 32 - 51 - 3941 - 2000
17	Alegrete, Bagé, Caçapava do Sul, São Gabriel, Uruguaiana e HUVet	28 - 125 - 30 - 60 - 3226 - 1000
18	Alegrete, Bagé e Uruguaiana	75 - 50 - 2
19	Alegrete e Caçapava do Sul	1 - 10
20	Alegrete e COMAN	4 - 5
21	Alegrete e COMAN	1 - 5
22	Alegrete, Bagé, Caçapava do Sul, Dom Pedrito, Itaqui, São Gabriel, Uruguaiana e HUVet	4 - 107 - 25 - 50 - 10 - 10 - 21255 - 25
23	Bagé, Caçapava do Sul, Dom Pedrito, Itaqui, São Gabriel, Uruguaiana e HUVet	219 - 25 - 50 - 10 - 20 - 21293 - 35
24	Bagé, Caçapava do Sul, Dom Pedrito, Itaqui, Jaguarão, São Gabriel, Uruguaiana e HUVet	221 - 20 - 50 - 12 - 1 - 11 - 11162 - 15
25	Bagé, Dom Pedrito, Itaqui, São Gabriel e Uruguaiana	156 - 50 - 10 - 42 - 236
26	Bagé, Caçapava do Sul, Dom Pedrito, Itaqui, São Gabriel e Uruguaiana	206 - 5 - 50 - 10 - 45 - 253
27	Bagé, Caçapava do Sul, Dom Pedrito, Itaqui, São Gabriel e Uruguaiana	206 - 4 - 50 - 12 - 11 - 203
28	Itaqui e Uruguaiana	25 - 25
29	Bagé, Itaqui e Uruguaiana	2 - 10 - 45
30	Itaqui e Uruguaiana	10 - 55
31	São Gabriel	3
32	Bagé, Caçapava do Sul, Dom Pedrito, São Gabriel e Uruguaiana	37 - 6 - 5 - 6 - 6
33	Alegrete, Itaqui, São Gabriel e COMAN	52 - 3 - 5 - 30
34	Alegrete, Bagé, São Gabriel e Uruguaiana	2 - 50 - 3 - 30
35	Alegrete, Bagé, Caçapava do Sul, Itaqui, Uruguaiana e HUVet	205 - 303 - 100 - 20 - 2762 - 200
36	Alegrete e Bagé	26 - 20
37	Alegrete e COMAN	5 - 115 - 50 - 25 - 10 - 323 - 25 - 30
38	Bagé, Uruguaiana e COINFRA	15 - 145 - 10
39	Alegrete, Bagé, Caçapava do Sul e HUVet	14 - 17 - 500 - 30
40	Alegrete e COMAN	10 - 5
41	Bagé, Dom Pedrito, São Gabriel e Uruguaiana	50 - 10 - 10 - 2
42	Bagé e Uruguaiana	50 - 17
43	COMAN	25
44	Alegrete e COMAN	2 - 10
45	COMAN	5

46	Alegrete e COMAN	11 - 25
47	COMAN	7
48	COMAN	7
49	Alegrete e COMAN	2 - 5
50	Alegrete, São Gabriel e Uruguaiiana	1 - 2 - 5
51	Alegrete e Uruguaiiana	10 - 10

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, de acordo com o Decreto nº 11.462 de 31 de março de 2023, e conforme justificativa constante do item 5 do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de **1 (um) ano** contados da assinatura do contrato, prorrogável por igual período, na forma dos artigos 84 e 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4.1. Em caso de prorrogação da vigência do contrato, admite-se a renovação dos quantitativos inicialmente registrados.

1.4.2. Tendo em vista o exíguo número de servidores, que impossibilita o gerenciamento da Ata, a fim de evitar prejuízos e responsabilidades indevidas decorrentes da gestão compartilhada da ARP, até o presente momento, não é permitida a adesão sob forma de carona.

1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.6. Eventuais divergências entre o formulário de Pedido de Compras e o Termo de Referência serão dirimidas com base nas disposições deste Termo de Referência, que prevalecerá para fins desta contratação.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual **2026**, conforme consta das informações básicas desse Termo de Referência.

## 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

### Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade inseridos na descrição do objeto, a equipe de contratação reconhece a importância do princípio do desenvolvimento sustentável (Lei 14.133/2021 e da IN SEGES nº 1/2010). Desta forma:

4.1.1. A logística reversa e o adequado descarte ou reciclagem dos materiais inservíveis seguirão as legislações vigentes de modo a sanar ou reduzir os riscos de maiores impactos ambientais;

4.1.2. Na descrição dos equipamentos de proteção individual (EPI) regulamentados pela NR-06 e pela Portaria MTP nº 672/2021, foi incluída a exigência de Certificado de Aprovação (CA), emitido pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), e para as luvas cirúrgicas e luvas para procedimentos não cirúrgicos foi solicitado registro na ANVISA, conforme RDV nº 825/2023.

4.1.2.1. Por ser uma exigência legal e para assegurar a qualidade, segurança e confiabilidade dos equipamentos, por isso, não serão aceitos EPIs regulamentados sem CA.

#### **Indicação de marcas ou modelos**

4.2. É imprescindível a indicação de marca e modelo dos produtos ofertados nas propostas.

#### **Da vedação de contratação de marca ou produto**

4.3. Não se aplica.

#### **Da exigência de amostra ou catálogo**

4.4. Não se aplica.

#### **Da exigência de carta de solidariedade**

4.5. Não se aplica.

#### **Subcontratação**

4.6 ao 4.13. Não se aplica

#### **Garantia da contratação**

4.14. ao 4.29. Não se aplica

#### **Reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte**

4.30. A participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, exceto para os itens 22, 23 e 24. A adoção da cota reservada para estes itens, que consistente na aquisição de 68.288 unidades de luvas de procedimento, poderá acarretar prejuízo ao conjunto da contratação e afastar a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

#### **Margem de preferência**

4.31. Não se aplica

## **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

#### **Condições de Entrega**

5.1. O prazo de entrega dos bens é de, no máximo, 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho, em remessa única.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 15 (quinze) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues em um das unidades da UNIPAMPA, conforme endereço e quantitativos constantes na Nota de Empenho.

5.3.1. Os endereços das unidades da UNIPAMPA são apresentados no quadro abaixo:

Campus Alegrete	Avenida Tiarajú, 810 - Bairro Ibirapuitã, Alegrete - RS, 97546-550.
Campus Bagé	Avenida Maria Anunciação Gomes de Godoy, 1650 - Bairro Malafaia, Bagé - RS, 96413-172.
Campus Caçapava do Sul	Avenida Pedro Anunciação, 111 - Vila Batista, Caçapava do Sul - RS, 96570-000.
Campus Dom Pedrito	Rua 21 de Abril, nº 80 - Bairro São Gregório, Dom Pedrito - RS, 96450-000.
Campus Itaqui	Rua Luiz Joaquim de Sá Britto, s/n - Bairro Promorar, Itaqui - RS, 97650-000.
Campus Jaguarão	Rua Conselheiro Diana s/n - Jaguarão - RS, 96300-000.
Campus Santana do Livramento	Rua Barão do Triunfo, 1048 - Santana do Livramento - RS, 97573-634.
Campus São Borja	Rua Ver. Alberto Benevenuto, 3200 - São Borja - RS, 97670-000.
Campus São Gabriel	Rua Aluízio Barros Macedo, BR 290, km 423 - Bairro Pirai, São Gabriel - RS, 97300-970.
Campus Uruguaiana	BR 472, Km 585 - Uruguaiana - RS, 97501-970.
Reitoria	Rua Prof. Melanie Granier, 51 - Centro, Bagé - RS, 96400-500.

5.3.2. No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior à metade do prazo total recomendado pelo fabricante.

### **Garantia, manutenção e assistência técnica**

5.4. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Não se aplica

### **Fiscalização**

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

### **Fiscalização Técnica**

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

### **Fiscalização Administrativa**

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

### **Gestor do Contrato**

6.16. Cabe ao gestor do contrato:

6.16.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.16.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.16.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.16.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.16.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.16.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.16.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## **7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **0,33%** (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **30 (trinta)** dias

7.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado da garantia;

7.2.4.3. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

7.2.4.4. . Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de **0,5%** (cinco décimos por cento) a **30%** (trinta por cento) do valor da contratação.

7.2.4.5. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de **0,5%** (cinco décimos por cento) a **30%** (trinta por cento) do valor da contratação.

7.2.4.6. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de **0,5%** (cinco décimos por cento) a **30%** (trinta por cento) do valor da contratação.

7.2.4.7. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de **0,5%** (cinco décimos por cento) a **30%** (trinta por cento) do valor da contratação.

7.2.4.8. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de **0,5%** (cinco décimos por cento) a **30%** (trinta por cento) do valor da contratação.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## **8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

### **Recebimento**

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no

prazo de 20 (vinte) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Não se aplica

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

## **Liquidação**

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.12.1. o prazo de validade;

8.12.2. a data da emissão;

8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.12.5. o valor a pagar; e

8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.15.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.15.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### **Prazo de pagamento**

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice *IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo)* de correção monetária.

### **Forma de pagamento**

8.22. pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.24.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.25. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### **Antecipação de pagamento**

8.26 ao 8.36 Não se aplica

### **Cessão de Crédito**

8.37. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.37.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.37.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem

como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.37.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.37.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.38. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas

## **Reajuste**

8.39. Os preços contratados serão fixos e irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses, contados a partir da data de publicação da Ata de Registro de Preços no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

8.40. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice *IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo)*, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.41. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.42. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.43. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.44. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.45. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.46. O reajuste será realizado por apostilamento.

## **9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO**

### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade *PREGÃO*, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço.

### **Forma de fornecimento**

9.2. O fornecimento do objeto será de acordo com o recurso disponível e a necessidade da instituição.

### **Exigências de habilitação**

9.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

#### ***Habilitação jurídica***

9.4. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou Sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.11. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### ***Habilitação fiscal, social e trabalhista***

9.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.18. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

### ***Qualificação Econômico-Financeira***

9.21. e 9.22. Não se aplica

### **Disposições gerais sobre habilitação**

9.23. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.24. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.25. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.26. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.27. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

## **10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$ 2.282.739,26 (dois milhões, duzentos e oitenta e dois mil, setecentos e trinta e nove reais e vinte e seis centavos), conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.1 acima.

10.1.1. Existe uma discrepância entre os valores totais apresentados no Relatório de cotação e demais documentos deste processo, justificado no item 8 do Estudo Técnico Preliminar.

## **11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

11.1. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

## 12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência, não são classificadas como sigilosas.

Bagé, 17 de junho de 2026

---

Identificação e assinatura do servidor (ou equipe) responsável

## 13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

### 1 . FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

1.1. O adjudicatário terá o *prazo de cinco dias*, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato *Nota de Empenho*, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:

1.3.1. referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133 /2021;

1.3.2. o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital e Termo de Referência e seus anexos.

### 2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.

2.3 ao 2.6 Não se aplica

2.7. A contratação não poderá ser prorrogada quando o Contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

### 3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.1. São obrigações do Contratante:

3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

3.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;

3.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

3.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

3.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

3.1.8.1 A Administração terá o prazo de 30 dias , a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

3.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 30 trinta dias.

3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

#### **4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

4.1.1. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada.

4.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

4.1.3. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

4.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

4.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

4.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

4.1.7.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

4.1.7.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

4.1.7.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

4.1.7.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

4.1.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

4.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;

4.1.9. e 4.1.10. Não se aplica

4.1.11. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

4.1.12. ao 4.1.14 Não se aplica

4.1.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

4.1.17 ao 4.1.26. Não se aplica

## **5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

5.1 ao 5.7. Não se aplica

5.8. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, observado o art. 75, inciso VIII, da Lei n.º 14.133 /2021, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

5.9. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

5.9.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

5.9.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.

5.9.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

5.10. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

5.10.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

5.10.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

5.10.3. Indenizações e multas.

5.11. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

5.12. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

## **6. DOS CASOS OMISSOS**

6.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

## 7. ALTERAÇÕES

7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

7.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

7.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

7.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

## 8. FORO

8.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal em Bagé/RS, Seção Judiciária de Bagé/RS para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

## 14. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Não se aplica.

## 15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**LIANE SANTARIANO SANT ANNA**

Chefe do Sistema de Laboratórios



Assinou eletronicamente em 18/06/2026 às 15:10:33.

**PAULO FERNANDO MARQUES DUARTE FILHO**

Pró-reitor de Planejamento, Administração e Infraestrutura



*Assinou eletronicamente em 18/06/2026 às 16:32:30.*